

DESPATOLOGIZANDO AS QUESTÕES TRANSIDENTITÁRIAS: UMA DISCUSSÃO PSICANALÍTICA

Thayse Kessya Oliveira de Almeida; Marina Diniz Luna do Nascimento

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
thaysekessya@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da visão universalizante de parte da comunidade psicanalítica de orientação lacaniana sobre a equivalência entre a transexualidade e a psicose, cujo interesse de investigação parte da constatação de que a referida temática ainda é muitas vezes tratada de forma preconceituosa e desatualizada no meio acadêmico e institucional das áreas psi. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, através da qual foram pinçadas algumas obras que reiteram essa tese, cuja análise foi contraposta às proposições de textos que reconsideram essa afirmação lacaniana, à luz da subjetividade atual, bem como de entrevistas veiculadas em mídias de circulação social, que retratam as próprias falas de sujeitos que apresentam questões transidentitárias. Dessa forma, foram encontrados como resultados novas proposições de psicanalistas sobre a temática, o que nos leva a concluir que é preciso avaliar singularmente, no plano clínico psicanalítico, essa tese lacaniana, despatologizando as questões transidentitárias, avançando no fazer analítico e na produção do conhecimento neste campo do saber, o que contribui para o campo teórico das questões de gênero e sexualidade em interlocução com a psicanálise, no sentido de desmistificar a visão patologizante do psicanalista sobre a transexualidade.

Palavras-chave: Psicanálise, Transexualidade, Despatologização.

INTRODUÇÃO

No cenário do arcabouço teórico-prático da psicanálise, há tramas que não estão visíveis, a exemplo do exercício atual da clínica psicanalítica, o que aponta para o seguinte questionamento: de qual clínica podemos falar nos dias de hoje?

No tocante à clínica psicanalítica atual, podemos situar os sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQ, os quais tem chegado aos consultórios de psicanálise, desafiando a teoria e convocando os psicanalistas a tomarem uma posição diante dos fenômenos anteriormente demarcados como pertencentes ao campo da medicina ou simplesmente relegados à marginalidade. Nesse sentido, podemos nos questionar também: como se dá o exercício da clínica quando se trata do acolhimento dos sujeitos pertencentes a essa comunidade e o que está em jogo nesses atendimentos?

Assim, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da visão universalizante de parte da comunidade psicanalítica de orientação lacaniana sobre a equivalência entre a transexualidade e a psicose, cujo interesse de investigação parte da

constatação de que a referida temática ainda é muitas vezes tratada de forma preconceituosa e desatualizada no meio acadêmico e institucional psicanalítico. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, através da qual foram pinçadas algumas obras que reiteram essa tese, cuja análise foi contraposta às proposições de textos que reconsideram essa afirmação lacaniana, à luz da subjetividade atual, bem como de entrevistas veiculadas em mídias de circulação social, que retratam as próprias falas de sujeitos que apresentam questões transidentitárias.

A escolha pela discussão da referida temática se deu pela inquietação causada pelo dilema ainda existente para alguns praticantes da clínica psicanalítica lacaniana sobre os sujeitos trans, que os toma como psicóticos na medida em que há nesses sujeitos, segundo essa visão universalizante, uma ideia inabalável de pertencer a outro sexo, o que os colocaria fora da norma fálica (SANTOS & JUNIOR, 2012).

Dessa forma, foram encontrados como resultados novas proposições de psicanalistas sobre a temática, o que nos leva a concluir que é preciso avaliar singularmente, no plano clínico psicanalítico, essa tese lacaniana, despatologizando as questões transidentitárias, avançando no fazer analítico e na produção do conhecimento neste campo do saber, o que contribui para o campo teórico das questões de gênero e sexualidade em interlocução com a psicanálise, no sentido de desmistificar a visão patologizante do psicanalista sobre a transexualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi realizada conforme pressupostos de Lima e Mioto (2007), as quais entendem que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Assim, foram adotados os procedimentos metodológicos de investigação das soluções, entendendo-se por soluções as respostas às questões problematizadas no presente trabalho; análise explicativa das soluções; e síntese integradora.

A investigação das soluções se deu através da coleta de documentação, na qual houve o levantamento da bibliografia e o levantamento e estudo dos dados e/ou informações contidas no material bibliográfico. Já a análise explicativa das soluções consistiu na análise da documentação e no exame do conteúdo das afirmações, não se tratando mais da exploração propriamente dita do material, mas da análise construída sob a capacidade crítica do

pesquisador para explicar os dados e/ou informações contidas no material selecionado. Por fim, temos a síntese integradora, que caracterizou o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos.

Em se tratando da investigação das soluções, a técnica utilizada foi a leitura, que numa pesquisa bibliográfica se apresenta como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, cujos tipos são: leitura de reconhecimento do material bibliográfico; exploratória; seletiva; reflexiva ou crítica; e interpretativa. Assim, a investigação das soluções do presente artigo envolveu pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

No que se refere à análise explicativa das soluções, podemos citar Rezende (1993), que distingue exegese, hermenêutica e interpretação como três possibilidades diferentes quando o campo de pesquisa é o dos objetos psicanalíticos. Segundo o autor, em se tratando de campo de pesquisa, no campo da psicanálise, a investigação pode ser levada a efeito na biblioteca, no mundo vivido e no consultório. No primeiro caso, a pesquisa exegética faz-se sobre livros, por meio da leitura. No segundo, a pesquisa hermenêutica faz-se no mundo vivido, na atitude de quem pensa as próprias vivências. No terceiro, a interpretação clínica faz-se em situação analítica, por meio da escuta e da transferência.

Considerando que o presente artigo é fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico, cuja investigação é feita com os livros, trata-se de uma pesquisa exegética, na medida em que se propõe detectar e revelar a outros leitores menos habilitados o sentido daquilo que os autores pesquisados quiseram comunicar, ao passo que trata-se também de uma pesquisa hermenêutica, que faz-se no mundo vivido, já que se fará comentários sobre o sentido dos textos selecionados, a partir de uma leitura-viva do pesquisador. Rezende (1993) faz alusão à frase de Bion, que afirma que investigar, em psicanálise, é interpretar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A clínica hoje e a transidentidade

Para pensar o exercício da clínica psicanalítica nos dias de hoje, o que inclui o acolhimento da comunidade LGBTQ, são necessárias reflexões fundamentais, quais sejam: a clínica psicanalítica não pode ser vista sem a política, não a partidária, mas a filosófica, mais especificamente, a política dos afetos. Nesse sentido, Vladimir Safatle (2016), em *o circuito*

dos afetos, recorre, em sua introdução, à cena mais política de o processo de Joseph K., fazendo alusão aos livros da lei, cujos códigos regem os julgamentos. Porém, o autor nos põe informados sobre o fato de que nos referidos livros não há descrição de leis, nem de códigos e normas, mas sim gravuras obscenas. Sobre esse conteúdo, Safatle afirma que neles “talvez houvesse a circulação daquilo a que nossos olhos não podem ser indiferentes porque nos afeta, seja através das formas da atração, seja através da repulsa. No lugar da lei, das normas e das regras havia, na verdade, um circuito de afetos” (SAFATLE, 2016, p. 14). Esse recorte trazido pelo autor nos serve para ilustrar a dimensão da política dos afetos existente na clínica psicanalítica, o que dialoga ainda com a visão psicanalítica de que o fantasma do sujeito o defende da compreensão de fenômenos, os quais aqui são interpretados como os que tocam o seu sintoma ou atualizam a sua angústia.

A partir desse postulado psicanalítico, podemos retomar à consideração de que a clínica não deve ser vista sem política, mais especificamente, a política dos afetos. Parece ser possível aproximar aquilo que Safatle (2016) descreve como circuito dos afetos, como sendo o que nos afeta, seja por atração ou repulsa, do que a psicanálise considera como o fantasma do sujeito o defender da compreensão justamente dos fenômenos que os afetam nesse circuito. Acresce-se a isso a retomada de Éric Laurent à afirmação lacaniana de que “o inconsciente, é a política”, hoje. Considerando que o processo analítico ocorre de inconsciente para inconsciente (analista/analizando), o que seria da psicanálise senão um processo político, um circuito de afetos?

Nesse meandro, podemos finalmente situar a clínica da transidentidade, termo aqui preferido ao revés de transexualidade, que seria uma essencialização patologizadora da categoria. Segundo Thamy Ayouch (2015),

uma psicanálise aberta às transidentidades precisa então ser tanto subjetiva quanto social: ela almejaria situar o sujeito no enquadre social, histórico e político no qual ele se inscreve, e abordar o inconsciente a partir do sistema sexo/ gênero. Essa psicanálise visaria analisar o funcionamento das prescrições de gênero na subjetivação, nas relações do sujeito com os outros, mas também na sua própria perspectiva, como teoria que não escapa às formações discursivas dentro das quais ela surge (p. 27).

Essa psicanálise aberta às transidentidades seria diferente daquela psicanálise que rotula o sujeito enquanto psicótico, ao afirmar que sempre que o sujeito possui uma ideia inabalável de pertencer a outro sexo, se trataria então de uma estrutura psicótica (SANTOS & JUNIOR, 2012). Não considerar que a estrutura subjetiva de um sujeito deve ser vista no um a um, no caso a caso, como preconiza a psicanálise, é um tanto contraditório e, no mínimo,

antiético, já que o próprio Jacques Lacan afirmou que “deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (1998, p. 321).

Contudo, ainda há profissionais que não alcançam a altura de seu tempo e não o intentam, continuando a julgar todo e qualquer sujeito trans como um caso de estrutura psicótica. Se pudermos examinar mais aproximadamente, muitos sujeitos trans conseguem ter a clareza de que a cirurgia de redesignação do órgão sexual não é uma promessa de felicidade, como acreditam alguns psicanalistas, a exemplo de Wellington Moreira e Analícea Calmon (SANTOS & JÚNIOR, 2012).

O caso da modelo Lea T., filha do ex-jogador de futebol Toninho Cerezo, nos ajuda a pensar a possibilidade dessa noção da relação entre a sua mente e seu corpo. Em entrevista à Revista Marie Claire, em 2017, Lea afirma que a cirurgia não lhe trouxe a felicidade e não lhe fez ser mulher por completo. Ela diz das suas questões com o ser mulher, algo que é intrínseco a subjetividade de qualquer mulher, trans ou cisgênero. Segundo ela, se trata de algo que passa muito mais pela dimensão do reconhecimento, nos termos considerados por Jessica Benjamin (2006), como uma necessidade intrínseca ao ser humano. Nas palavras de Lea T.: “se uma mulher já é vítima de preconceito, imagine quem precisa lutar para ser reconhecida como mulher?”. Nesse sentido, a cirurgia parece ser uma forma de legitimá-la enquanto mulher, muito embora tenha mencionado as suas dificuldades nesse aspecto, afirmando que numa relação sexual o homem a reconhece como mulher, mas para viver uma história, um romance, não é reconhecida e acaba sendo vista como homem.

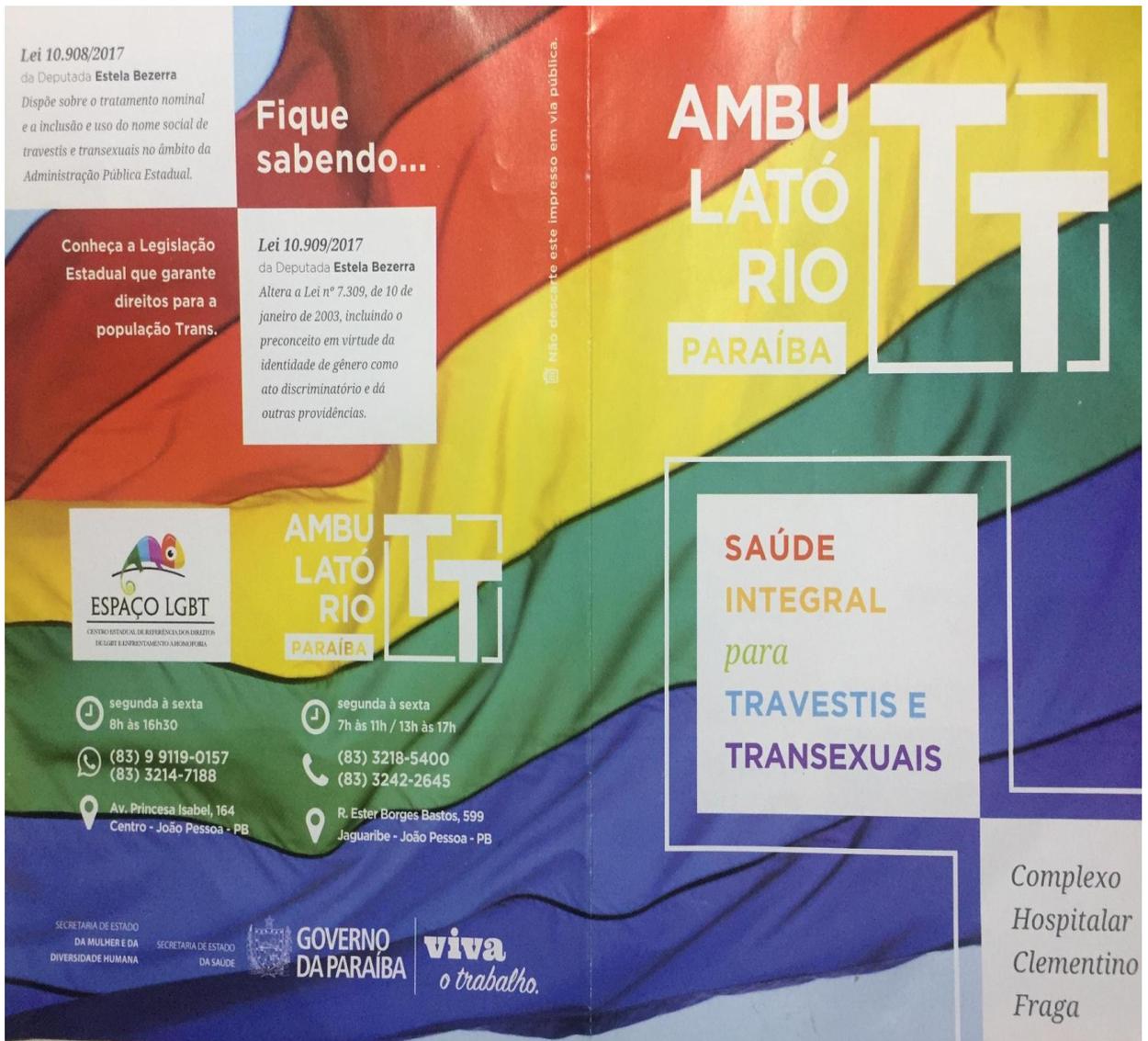
Dito isto, podemos retomar a clínica psicanalítica no âmbito da transidentidade, levantando questionamentos pertinentes ao exercício dessa clínica, os quais são discutidos por Márcia Arán (2009), em seu artigo *A psicanálise e o dispositivo diferença sexual*, a saber:

em que medida a psicanálise se apresenta como mais um dispositivo da sexualidade tal como concebido por Foucault, o qual procura reinstaurar o modelo tradicional da diferença sexual, através da reiteração da norma heterossexual da dominação masculina. [...] em que medida a psicanálise pode permanecer como uma teoria crítica e uma prática clínica que permita uma relação produtiva com as novas configurações de gênero no contemporâneo, abrindo brechas para a concepção de novas formas de subjetivação (ARÁN, 2009, p. 653).

Para dar ânimo à presente discussão, propõe-se aqui os referidos questionamentos de Arán (2009) como uma forma de propor uma reflexão sobre a prática clínica psicanalítica atual, cujo senso crítico e ética são fundamentais para o exercício de uma prática humanizada, já que a transidentidade, como fazendo parte da subjetividade humana, tem chegado aos

consultórios e serviços públicos, assim como mostra o panfleto (figura 1 e 2) do Ambulatório TT, do estado da Paraíba, demandando dos profissionais de psicologia/psicanálise algo além da reprodução de um discurso médico/científico, cujas expectativas resvalam tão somente em esperar o paciente desistir, o que o enquadraria como “normal”, ou não-desistir, o que caracterizaria uma patologia, conforme preconiza os modelos vigentes atuais de atendimento em saúde (médico/psiquiátrico/psicológico-psicanalítico) desse público (AYOUCH, 2015).

FIGURA 1



Lei 10.908/2017
da Deputada **Estela Bezerra**
Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual.

Fique sabendo...

Lei 10.909/2017
da Deputada **Estela Bezerra**
Altera a Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003, incluindo o preconceito em virtude da identidade de gênero como ato discriminatório e dá outras providências.

AMBU LATÓRIO PARAÍBA

SAÚDE INTEGRAL para TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

ESPAÇO LGBT
CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DE LGBT E PRESTAMENTO A SERVIDORES

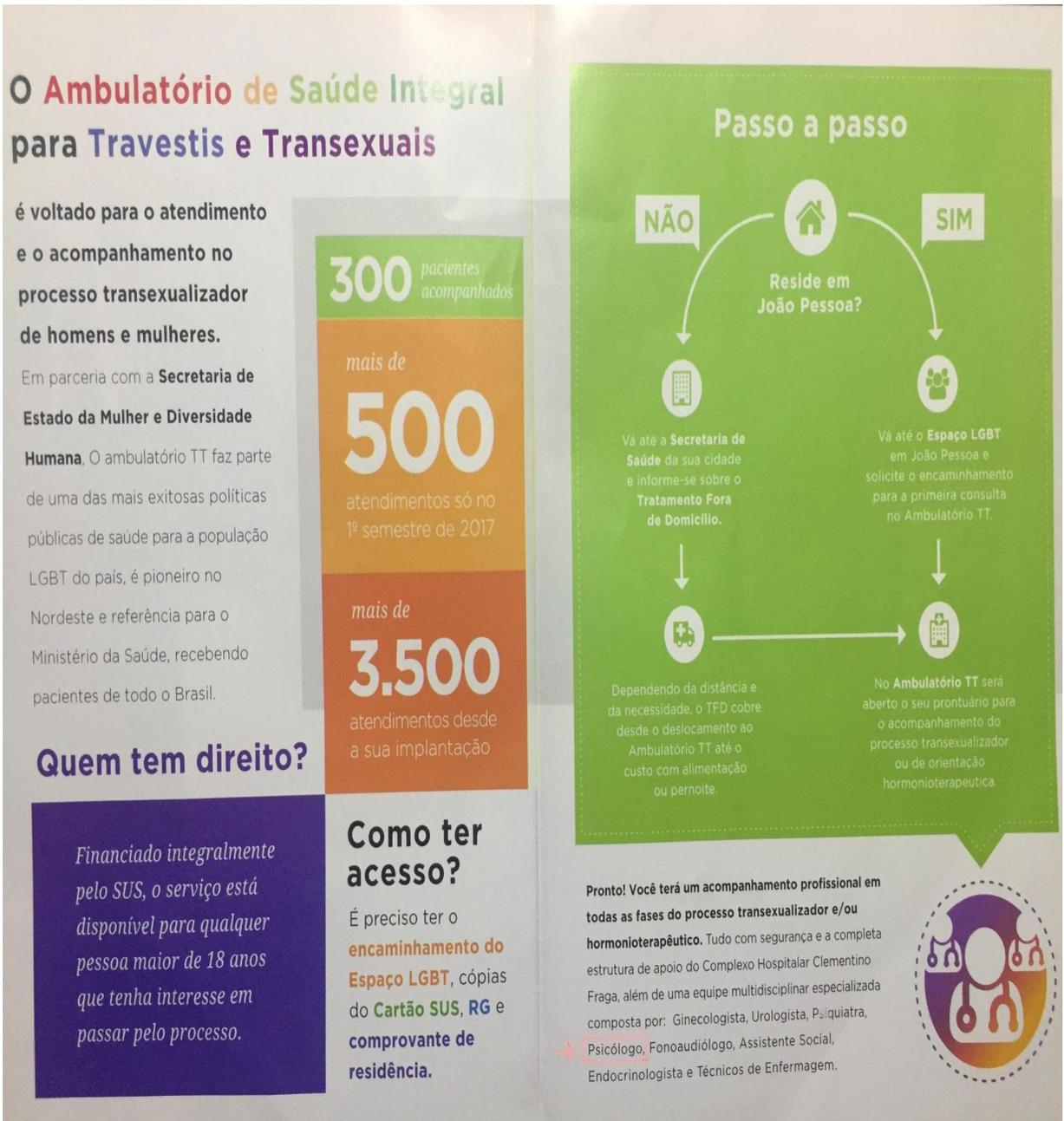
segunda à sexta
8h às 16h30
(83) 9 9119-0157
(83) 3214-7188
Av. Princesa Isabel, 164
Centro - João Pessoa - PB

segunda à sexta
7h às 11h / 13h às 17h
(83) 3218-5400
(83) 3242-2645
R. Ester Borges Bastos, 599
Jaguaribe - João Pessoa - PB

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GOVERNO DA PARAÍBA **viva o trabalho.**

Complexo Hospitalar Clementino Fraga

Não desarte este impresso em via pública.



CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, há que se considerar os desdobramentos das discussões sobre a clínica, refletindo que o seu exercício deve estar assentado nas demandas contemporâneas e não em algo fechado, cabendo ao psicanalista reconhecer e trabalhar, a partir do tripé da formação (análise pessoal, supervisão e estudo), aquilo que lhe afeta em cada demanda clínica, para poder ofertar a escuta a cada sujeito, no um a um, sem rotulá-lo ou encaixotá-lo

em pré-concepções, muitas vezes preconceituosas e machistas, principalmente quando se trata da sexualidade, aquilo que é um enigma, faz furo e toca no real da não-relação sexual de cada um, inclusive do próprio analista. Um exemplo dessa constatação é a aderência de alguns psicólogos a proposta da “cura gay” dentro dos processos terapêuticos.

Na realidade de hoje, se trata de algo que transcende a nossa realidade teórica, no sentido de estarmos atento ao que está chegando nos nossos consultórios. Talvez quando Lacan equivaleu, nos anos 80, a transidentidade à psicose, certamente era fundamentado nos casos que chegavam em sua clínica. Hoje, com a efervescência da pluralidade no campo do sexual, o que conseqüentemente modifica a produção nesse campo, é preciso estar atento ao um, ao sujeito e não partir da teoria, na tentativa de enquadrar o sujeito nessas conceituações. Apenas na escuta podemos saber qual o uso que o sujeito faz desse significante que encontra para nomear o seu gozo (apesar de inominável, pois há algo que escapa, é necessário, uma vez que é uma forma de apaziguar a angústia e legitimar o sujeito no campo do reconhecimento e do direito).

No campo da estrutura psicótica, quando disso se tratar, pode ser um uso do significante enquanto estabilizador ou, inclusive, desencadeador. No campo da neurose, pode ser um semblante ou simplesmente um nome, uma forma de ser no mundo. Quiçá, uma forma de subversão e de encontrar um lugar no mundo pelo viés político, de romper com as normas e convenções sociais, de separar-se ou conectar-se ao outro, sendo preciso guiar-se pela concepção de cura como a criação de novas normas e não a reprodução de normas pré-estabelecidas, pré-existentes, controladas e reguladas. Sabe-se que o outro nunca vai deixar de existir, mas é possível diminuir o tamanho desse outro através dessa forma de poder ser quem se é, sem essa norma criada pelo outro, mas que ao mesmo tempo se utiliza dessas nomeações, as quais também advém do campo do outro, mas que, fundamentalmente, parecem dar um certo contorno ao corpo desses sujeitos que sofrem por terem esses corpos regulados.

Longe de esgotar aqui as discussões travadas a partir do artigo em questão, mas tentando pensar a despatologização das questões transidentitárias no âmbito da clínica psicanalítica, consideramos fundamentais as orientações propostas por Ayouch (2015), a saber: a escuta psicanalítica deve ouvir as deslocalizações e a hipersingularidade de cada construção transidentitária, além de qualquer paradigma unitário, caracterizando assim o que chamou de uma psicanálise em movimento, desvinculada da identidade consigo mesma,

desejosa de se renovar com as transformações clínicas. Seria, segundo o autor, uma psicanálise que retomaria a injunção de Foucault: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever”. Que nos deixe livres também quando se trata de pensar e de acompanhar clinicamente (AYOUCH, 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÁN, Márcia. *A psicanálise e o dispositivo diferença sexual*. In: Estudos feministas. Florianópolis, setembro-novembro/2009.
- AYOUCH, Thamy. *Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais*. In: Percurso 54. Revista de Psicanálise: Ano XXVIII: Junho de 2015.
- BENJAMIN, Jessica. *Sujetos iguales, objetos de amor: ensayos sobre el reconocimiento y la diferencia sexual*. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- Entrevista Lea T. In: Revista Marie Claire. Edição Março 2017.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LAURENT, Éric. “*O inconsciente é a política*”, hoje. In: Correio. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise. n. 79, 2016.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.
- REZENDE, Antonio Muniz de. *A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e retação*. In: SILVA, Maria Emília Lino da Silva (coord.). *Investigação e psicanálise*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SANTOS, Analícea de Souza Calmon; JUNIOR, Wellington Carlos Moreira. *A ciência a serviço do delírio: “como seria belo ser uma mulher!...”*. In: De que real se trata na clínica psicanalítica? Psicanálise, ciência e discursos da ciência. MARTELLO, Andréa; SANTIAGO, Jesús; SANTOS, Tânia Coelho dos. Orgs. Rio de Janeiro: Cia. de Freud: PROAP/CAPES, 2012.